

FERNANDO, REI DA NOSSA BAVIERA

Eduardo Lourenço
(Université de Nice)

Só na água dos rios e dos lagos ele podia
fitar seu rosto. E a postura, mesmo, que ti-
nha de tomar era simbólica. Tinha de se cur-
var, de se baixar para cometer a ignomínia
de se ver.

Livro do Desassossego

Serei sempre da rua dos Douradores como a
humanidade inteira.

Id.

Custa-me imaginar que alguém possa um dia falar melhor de Fernando Pessoa que ele mesmo. Pela simples razão de que foi Pessoa quem descobriu o modo de falar de si tomando-se sempre por um outro. E como os deuses lhe concederam um olhar imparcial como a neve, o retrato que nos devolve do fundo do seu próprio espelho brilha no escuro como uma lâmina. Quando encarnada em figuras que parecem vivas - e ele supunha mais vivas do que ele - essa descoberta de si como outro, convertida em jogo da sua verdade, chamou-se Heteronímia. Talvez nada melhor que esta palavra abstrusa de sua invenção, tornada hoje quase popular, indique a que ponto um dos mais estranhos espíritos do século XX se converteu num mito. Não me vou prestar ao ridículo de esclarecer o que é um mito depois de o mesmo Pessoa ter configurado da sua essência a versão exacta:

O mito é o nada que é tudo.

.....

Em baixo, a vida, metade
De nada, morre.

Mito, vida que não passa na vida que passa - e toda passa -, lenda a escorrer da realidade. Foi para Ulisses, incarnação da primeira viagem iniciática da nossa alma futuramente grega, como ele a sonhava, que o autor de Mensager compôs os versos farosos. Não menos mágica é, para nós, a aventura daquele que era, por fora e para os outros, Fernando Pessoa e que por dentro não tinha nome próprio, como todos nós. Só que ele o sabia e nós menos do que ele. Como Ulisses, sem para si existir nos bastou. Por não ter sido foi vindo e nos criou, tais que já não poderemos contemplar o céu da nossa cultura sem o ver a ele no centro, convertido em "mito brilhante e mudo", irradiando a sua luz enigmática. Há cinquenta anos essa mesma luz era invisível ou obscura. Hoje é mais que visível e, aparentemente, clara. Se há enigma é o da sua universal claridade. Por detrás dela não é difícil descortinar o sorriso de Pessoa, gozando a sós, como escreveu, "a ironia de o não estranharem". Com efeito, que alquimia converteu uma poesia, à primeira vista - e sobretudo, à segunda - pouco acessível, espelho sem reflexo dos jogos infinitos da emoção e da inteligência dela, em música íntima, em solilóquio obsessivo da nossa cultura? Por que nos passamos a toda a largura da rua com os bolsos atulhados de frases de Pessoa? Por que os seus poemas, os seus pensamentos, os seus paradoxos, a sua múltipla leitura do universo e da vida se tornou a matriz e o código, não apenas dos nossos sonhos mais raros, como da prosa triste da realidade? Em surra: como e por que Pessoa se converteu num mito?

Ofuscadas por uma presença tão soberana, várias vozes, algumas de naturais candidatos à sua sucessão, se têm insurgido contra esta confiscação da nossa vida cultural pelo mito-Pessoa. Em vão. Como outros povos, também nós gostaríamos de reis. Sobretudo, mortos. Fernando Pessoa, rei de si mesmo como poucos o foram - se é ser rei existir e sonhar, sentado num trono de melancolia -, também gostava de "reis", meteóricos como Sidónio Pais ou loucos como o seu muito amado e fraterno Luís da Baviera. Do horripilante "objeto-fetichismo" em que o desejamos converter, decerto gostaria menos. Ele suspeitaria que o incenso que o dilui é menos o fruto de uma convivência de propósitos e sonhos, que o milagre às avessas de uma devoção aos deuses que ele recusou. Como pôde um Poeta que subverteu os fundamentos do nosso moderno lirismo efusivo e sentimental, o nosso coração a tiracolo, o nosso heroísmo de encomenda por conta de Carões, a nossa vida toda em diminutivos, ter-se convertido no ídolo que agora tem o seu nome? Diante de tanta e tão suspeita idolatria, um dos nossos mais conhecidos críticos sugeriu em tempos, uma aproximação entre os destinos de Pessoa e de Guerra Junqueiro. Maneira graciosa de sugerir que a fama do primeiro não duraria mais que a do segundo. Nada mais arbitrário. Pessoa nunca foi e creio que nunca poderá ser bandeira poética de uma ideologia determinada, eco sonoro de combates políticos ou culturais de real importância mas sem mais alcance e fundura que a do tempo e da maneira que os formulava. A fama extraordinária de que Junqueiro gozou em vida não tinha muito a ver com a espécie de combate de que a poesia é o lugar e o signo. Lugar

da morte do poeta e não dos monstros, reais ou fictícios, que ele se inventa para esquivar o único combate que merece esse nome, aquele que exige do poeta a palavra onde se inscreve o esplendor anônimo do mundo ou o seu enigma. Guerra Junqueiro fez sonhar a sua época, mas quase só de sonhos triviais ou óbvios. Bebeu a sua glória em vida. A de Pessoa cresceu na sombra, foi deslumbramento de poucos antes de se tornar nesta maré equinocial que nos perturba. O mito-Pessoa é a sombra inevitável do fantástico e justificado Pessoa-mito. É em nome deste que se pode e deve resistir à idolatria de que o primeiro é objeto. Mito da existência discreta que se ofereceu a todas as sensações, a todos os sentimentos, a todas as idéias, a todos os fantasmas de um mundo em mutação vertiginosa e que voluntariamente se crucificou nas suas contradições, redimindo-as pela invenção de poemas, claros como uma fotografia. Desse modo cada um de nós as pode contemplar sem ser destruído por elas como ele o foi. Todos os poetas conferem aos sonhos ou pesadelos comuns a forma que o redime. Mas Pessoa insuflou nessa missão um suplemento sacrificial, tornando-se ninguém para que nós, "toda a gente", pudéssemos visitar a sua barca de melancolia sem reparar, como ele, que a paisagem é uma coleção de imagens sem sentido e a viagem perdida de antanho. Tudo isso, porém, justificaria apenas que o tornássemos pelo grande poeta romântico que não tivemos, um Antero de Quental um pouco mais moderno, por exemplo, ou um Teixeira de Pascoaes menos difuso, e não pelo criador da Modernidade poética, se é a ele, como parece, que deveros a metamorfose da idéia mesma de Poesia. Em que consiste, realmente, o seu estatuto mítico de poeta da Modernidade?

Pode discutir-se se Fernando Pessoa é ou não, com Camões, "o maior" poeta de língua portuguesa. O que é difícil é contestar que a sua poesia seja uma poesia-outra, a primeira, entre nós, que vive, ao mesmo tempo, da agonia da imagem do Poeta como criador soberano da sua poesia e da Poesia como pura modulação do sentimento e da emoção espontâneos. Sentimentos, emoções e expressão "comunicar" quando o Poeta se sentia não apenas um eu inspirado, mas um eu eleito, imaginando uma ponte direta entre as suas emoções e o verbo que as modula. Pessoa retirou essa ponte, fez desse exercício a sua arte poética e não há ninguém que leia letra redonda no nosso país que não saiba de cor o famigerado "o poeta é um fingidor" etc., esquecendo, em geral, que essa arte poética significava para quem assim se exprimia o impossível sonho de uma poesia sem fingimento. Quer dizer, um contacto entre o homem e a sua verdade, ou antes, entre o homem e a Verdade - no plano das sensações, dos sentimentos, das emoções e das idéias - tão misterioso como o que une o animal à natureza e que, só a nós, seres conscientes, nos é vedado. E por nos ser vedado somos, queiramo-lo ou não, naturalmente infelizes, infelizes por não sermos naturais, como o gato que brinca na rua como se fosse na cama. Ou então, imaginariamente felizes, como Caetano de Castro, despidendo-se de si, palavras e idéias, para se deitar na erva quente da realidade. Este é o fundamento único da visão de Pessoa e parece impossível como uma visão, ao mesmo tempo tão desolada e tão intelectual, pôde servir de pedestal ao mito-Pessoa. Temos de concluir que tal visão, simples por complexa, encontra algum eco na experiência humana comum para nos ter convertido em ouvintes emocionados de uma música que inte-

gra no seu ritmo a compaixão pela solidão das estrelas ou a nostalgia pelo pequeno navio que entra na barra do Tejo carregado dos nossos sonhos impossíveis de fundadores de Império. Na verdade, não é a solidão das estrelas, nem o braco anónimo, nem objeto algum, que importam ao poeta de Tabacaria ou da Ode Marítima, mas a ocasião que lhe oferecem de se descobrir, olhando-os, ser consciente da sua própria finitude infinita, prisioneiro do labirinto do Tempo.

Sempre a lírica se alimentou da nossa temporalidade, das folhas mortas e dos amores mais mortos do que elas. Mas na lírica clássica e ainda na romântica, o eu, o poeta e quem o lia iam na barca do Tempo para alguma espécie de porto. Deus, ou alguém por ele, esperavam-nos no fim para conferir sentido à viagem. A viagem de Pessoa, a nossa viagem em Pessoa é, desde o começo, a de alguém definitivamente perdido. Nem o princípio nem o fim nos são conhecidos mais que nos símbolos que de princípio e fim podemos conceber. Não estamos no Tempo, somos Tempo. Mas se o Tempo é, nós não somos ou somos como Pessoa se esforçou por imaginar que seria, se fosse Caetano, Reis ou Campos. Nenhum poeta da Modernidade exprimiu como Pessoa esta absoluta perdição do sentido do nosso destino enquanto mundo moderno e isto bastaria para que o autor da Tabacaria se tivesse convertido não apenas no mito que é para nós, mas numa das referências-chaves da Cultura contemporânea. De uma maneira ou de outra, o homem moderno compartilha desse sentimento de radical solidão e de absurdo que pouco a pouco emergiu como processo de isolamento e de inumanidade da civilização atual. Era-lhe fácil reconhecer-se naquele que por nós todos

Desfraldou ao conjunto fictício das estrelas
o esplendor nenhum da vida

Ter dado uma figura espectacular ao sentimento absurdo da existência, por mais fundado que ele seja na consciência moderna, não basta para explicar o fascínio de Pessoa. Na realidade, essa missão, menos caramente paga que a de Antero ou do seu amigo Sá-Carneiro, seus precursores ou emulos em visão trágica da vida, não seria suficiente para o converter em "mito". Como o não foi, nem o podia ser, a invenção poética propriamente dita, esse "não sei quê" clássico que inspira o fascínio, em última análise, inexplicável, da autêntica poesia. A esse título, o seu amigo Sá-Carneiro e, sobretudo, o seu tão admirado Camilo Pessanha representariam melhor o puro poeta, a assunção misteriosa da palavra que comove pelo que nela há de mais vulnerável e inexprimível. Todavia, nenhum deles se converteu (ainda?) em presença avassaladora universal e quase anónima, nesse imenso delta onde tantos de nós, desde há meio século, inscrevem as miragens mais raras ou decifram as mensagens mais ocultas, como se mergulhassem as mãos ao mesmo tempo no seu próprio espírito e no coração de uma época. É vão fingir que não sabemos que o "mito-Pessoa", tanto em si como no seu estatuto poético de amplitude hoje universal, repousa essencialmente na encenação prodigiosa a que Pessoa submeteu o seu radical sentimento de inexistência. Refiro-me

à comédia dos Heterônimos, que tanta tinta - e raramente boa - tem feito correr. O célebre "drara em gente", a invenção dos Pessoa-outras destinados a cumprir pelo único que havia os sonhos de felicidade ou grandeza imaginárias que só de os pensar o destruíam, é o último ato do longo processo de dissolução do Eu inaugurado pelo Romantismo. Dos "duplos" dromíacos, de Hoffmann Dostoievski, dos pseudónimos de Kierkegaard às máscaras de Browning, até ao "je est un autre" de Rimbaud, é larga a lista dos que se viveram sem a salvadora crença que durante séculos nos inculcaram como feitos à imagem de Deus e, como ele, unos e virtualmente imortais. Mas também, de portas adentro, Pessoa foi o termo de um claro processo de "heteronimização" que tem as suas raízes em Garrett e já quase uma configuração pessoana em Eça de Queirós (Fradique), sem esquecer, naturalmente, os "dois" Anteros que, em silêncio, devoraram o verdadeiro. A criação de Fradique Mendes e, sobretudo, o espírito do seu retrato, como personagem de alma múltipla, capaz de esposar com igual paixão e indiferença religiões, metafísicas, costumes alheios, perfeito "dandy" da verdade inacessível, anuncia e desenha já o espaço de um heteronimismo cultural de que Pessoa será, justamente, o mítico coroamento. Infelizmente para ele - e felizmente para a nossa antropofagia poética que do seu infortúnio se alimenta -, Pessoa não era um "dandy", mas um empregado modesto, em pânico diante da vida real, defendendo-se dele pelo humor e pelo sonho. Dos dois juntos, como túnica sem costura, é feita a muito humana comédia heteronímica, onde como num "vaudeville" metafísico de nova espécie, cada personagem engana os outros e a si mesmo se engana fingindo-se quem não é. Já me esforcei, sem sucesso, por desembrulhar os fios de uma meada que por mais embrulhada para o lado de dentro me parece clara no seu enredo, na sua arquitectura e até na sua matéria e não vou aqui repetir um disco que se me gastou. Fernando Pessoa, criador único do seu próprio mito, chamou-lhe drara em gente e batizando-o assim ficou aquém da verdade. Já o sabíamos há muito, sabemo-lo melhor depois da publicação de O Livro do Desassossego. Embora não altere, para quem o havia lido bem, nada de essencial, perturba grandemente a leitura mitológica do famoso "drara em gente", tal como foi feita, tomando demasiado à letra a versão de Pessoa sobre a sua própria comédia. Ou antes, explorando apenas alguns elementos dessa versão e não todos. É na luz, quase insuportável de masoquismo e autoflagelação, O Livro do Desassossego que nós vemos, quase diria, tocamos, como, na verdade, a mítica criação de Caeiro, Reis e Campos foi (é) um drara em gente, duplicado por um drara de criação sem paralelo nos anais da literatura. Não se espere que eu confirme o célebre diagnóstico de mistificação, lavrado por quem, mais do que ninguém, contribuiu para o "mito-Pessoa", tal como se impôs no mundo e ao mundo. Refiro-me, naturalmente, a João Gaspar Simões que, desesperado diante de um processo criador de que não descobria o "sujeito" psicológico clássico, nem a necessidade, acabou por ceder à tentação. A poesia que Caeiro, Reis e Campos não precisa de outro "sujeito" que o da voz "anônima", anônima como nenhuma outra da nossa tradição - por isso nos tocou tanto - que nele se fala e nos fala, tornando-nos imaginariamente felizes em Caeiro, indiferentes à felicidade ou infelicidade em Reis e impossivelmente felizes em Campos. Em todos e detrás de todos, está essa voz anônima

que os inventou ou se inventou neles para suportar a sua vida real, o quotidiano atroz de que O Livro do Desassossego é o espelho sem ficção, ou tão pouca que é pior que nenhuma. Como Pessoa, aliás, o desejou um dia, a sua criação dos três reis magos a carinho de um Belém inexistente foi só (é só) ficção de interlúdio, maneira para Fernando Pessoa de ter sido, num breve momento, futurista com Álvaro de Campos, romano e invulnerável à angústia com Ricardo Reis e divinamente grego, alegre ou triste como a Natureza, com Alberto Caeiro. Tudo isso, para nos dizer, como ninguém o dissera antes, que Deus, o deus da nossa alma e da nossa cultura milenariamente cristãs, estava morto e, com ele, as crenças, os valores, as ilusões, a moral, a política de que era a suprema e materna sigla. Mas o que Pessoa compreendeu, antecipando-se a deduções futuras e óbvias, foi que essa morte de Deus era, ao mesmo tempo, como ensinava entre equívocos, Friedrich Nietzsche, morte do homem, fim da ilusão humanista que imaginava ainda poder justificar, na perspectiva de uma ausência de Sentido transcendente para o universo e a História, os mesmos valores, as mesmas ilusões consoladoras, a mesma moral tranquilizante. O Livro de Desassossego mostra, até que ponto, o moderno Pessoa é o herdeiro direto e o mais coerente da Geração de 70 que disfarçara (com mais ou menos graça) o caos do espírito e da alma em que a lançara o contacto abrupto com a cultura moderna da Europa e o seu balanço impiedoso de todas as carências portuguesas.

Um contra-senso duradouro, apoiado por uma leitura orientada de Mensagem, velou uma evidência que alguns, como Mário Sacramento e Jacinto Prado Coelho explicitaram, embora em termos de excessiva negatividade. No sentido mais cru do termo, Fernando Pessoa é o poeta da Depressão - histórica, psicológica, metafísica e psiquiátrica - que teve no Simbolismo de que é, em última análise, como Mallarmé e Pessanha, a única expressão genial, a sua versão poética. Os manuais ensinam-nos, e não é errado, que a poesia simbolista representou a tentativa de roubar à música os seus poderes. Sem dúvida, mas essa música era já "poesia" ou se se prefere, poética da Depressão absoluta que assolou a cultura do Ocidente desde os meados do século XIX até aos princípios do século XX. Havia em Portugal grandes razões para que a nossa cultura do fim de século mergulhasse no nevoeiro simbolista como as gaivotas na bruma. Acima das gaivotas, Pessoa, égua real que não se resignou ao nevoeiro, procurando entre destroços o antigo navio que nos levasse às Índias. Ele sabia, toda a gente sabia, que não havia nenhum. Nunca a cultura portuguesa e a vida portuguesa - no círculo da sua "intelligentsia" - cultivara uma vertigem masoquista tão imensa. Historicamente humilhado pelo "Ultimatum", economicamente frágil, politicamente doente mas contente com sê-lo, o Portugal dos começos do século esperava da "República" uma nova vida. Para alguns o foi, para a nação profunda apenas sol de pouca dura. Ninguém como Pessoa, que nos chegava de longe, sonhando-se e sonhando-nos, viveu o seu encontro com Portugal com tanta exaltação e ao mesmo tempo com tanta consciência da irrobilidade e do marasmo da nossa existência coletiva. Como ser o Camões de um Império extinto, o D. Sebastião de um futuro improvável e necessário para sair de um abismo mais fundo que o da antiga vil tristeza? De um abismo universal e não apenas caseiro como

a Geração de 70 o supusera? Como conseguiu-lo quando em si mesmo se aboliram as fronteiras entre o real e o sonho, como salvar os outros quando se é a mais perdida, solitária e desamparada das criaturas? Descendo, como um Dante sem Deus, nem Beatriz, o inferno acessível do homem moderno, escrevendo o inventário do absurdo como se fosse natural e do natural como se fosse absurdo. Foi o que ele fez inventando-se o Pessoa que hoje contemplamos como mais real que o verdadeiro, o Pessoa-Caetano, o Pessoa-Campos e até o Pessoa-Reis, irmão quase gémeo daquele outro adolescente abúlico - e perpétuo - que Pessoa teve de vencer para se tornar em quem hoje nos é: o criador de um novo olhar poético, o inventor do sorriso no meio do desastre, do sentido imaginário no interior do sem-sentido absoluto e do naufrágio.

António Nobre inventara já o humor para se salvar da sua pequena morte, e inventando-o descobria o olhar infantil como redentor do seu não menos pequeno mundo. Dessa descoberta, Pessoa, que muito o amou, comporá um jogo para a criança maior, a Eterna Criança do VIII poema de "O Guardador de Rebanhos". O humor poético e metafísico não é o da ironia de Eça, humor sobre ou à custa do "outro". É o olhar de um deus triste sobre si mesmo, sorriso de Daniel na cova dos leões. Este "olhar frio" pousado sobre a vida separa a poesia de Pessoa de toda a poesia portuguesa não camoniana, poesia de lirismo imediato. É a tradução da consciência aguda de que a verdade nos está vedada, que o nosso destino é ignorá-la sem que possamos abdicar de nós nem da vida:

Nasce um deus, outros morrem. A verdade nem
veio nem se foi. O erro mudou.

É esta poética da indiferença que a pluma quotidiana de Bernardo Soares eleva ao nível de uma epopeia niilista: "Sobrevivo nulo no fundo de toda a expressão como um pó indissolúvel no fundo do copo de onde se bebeu só a água. Escrevo a minha literatura como escrevo os meus lançamentos - com cuidado e indiferença". Foi esta indiferença, este olhar que lhe permitiu, poeticamente, transformar o seu sentimento e visão do mundo como puro sonho. Em suma, que lhe permitiu converter-se de poeta ultra-simbolista de Os Passos da Cruz em autor de O Guardador de Rebanhos e da Ode Marítima, fundando, com tais poemas, a Modernidade e o seu mito que são hoje, para nós, o mito-Pessoa. Sem esse humor como indiferença no interior da tragédia, Pessoa não seria Pessoa, aquele que conduziu por nós a "carroça de tudo (da Modernidade) pela estrada de nada". Teria sido apenas (e já era muito) o Superantero dos mágicos sonetos como aquele que começa:

Súbita mão de algum fantasma oculto
Entre as dobras da noite e do meu sono
Sacode-me e eu acordo, e no abandono
Da noite não enxergo gesto ou vulto

e termina:

Sinto que sou ninguém salvo uma sombra
De um vulto que não vejo e que me assombra
E em nada existo como a treva fria.

Teria sido também aquele que

Emissário de um rei desconhecido
cumpr(e) informes instruções de Além

ou o invocador do imponderável, do acorde de harpa da sua original sensibilidade de simbolista, pré-rafaelista, nunca extinta:

Ó tocadora de harpa se eu beijasse
Teu gesto sem beijar tuas mãos

mas não teria sido o poeta do real quotidiano, da trivialidade metafísica, o hoje banalizado autor que inscreveu na dobrada fria à moda do Porto o seu gelo erótico e a sua solidão, ou na evocação de um aniversário lisboeta o perfume de todas as coisas vivas que ardem no tempo ou dessa morte no interior da vida que chamamos esquecimento. Cesário ensinara-lhe a tomar nas mãos a realidade quotidiana, trivial, mas o olhar de Cesário, aureolado embora com o cheiro de maresia, detém-se no ângulo do que avista. Pessoa buscava uma resposta para a questão, para o "mistério" mesmo da Realidade, uma leitura para o caos das aparências. Ninguém ignora que o seu encontro com Walt Whitman, o cantor das Folhas de Erva, lhe revelou, enfim, uma poesia para a qual não só o mundo exterior existe, mas para a qual esse modo de existir é o da própria transcendência. Impossível conceber uma visão das coisas e do mundo mais opostas que a de Walt Whitman e a do Pessoa simbolista. Toda a energia, todo o otimismo da jovem América lincolniana se fez canto sob a pluma de Walt Whitman. A realidade é a soma das suas aparências, cada ser, cada existência, cada forma é uma nota da imensa, caótica, contraditória e irresistível torrente da Vida. Como Pessoa era o predestinado poeta da Depressão da alma europeia e, em particular, da nossa, Walt Whitman era o poeta da Diferença, da exaltação do indivíduo na sua particularidade divina. Do choque com esta visão tumultuosa surgiu Alberto Caeiro e, em seguida, os seus dois sócios míticos, Campos e Reis. Com Whitman aprendeu Pessoa a poética da Diferença como signo do real, acrescentando-lhe apenas o seu toque masoquista específico, eco da sua nunca apagada iniciação simbolista. É aquilo que se recorta como o mais humilde, o mais incógnito, o menos dourado pela história ou pelo saber que será a seus olhos o mais real, o mais valioso:

O Tejo é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia,
Mas o Tejo não é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia
Porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia.
O rio da minha aldeia não faz pensar em nada.
Quem está ao pé dele está só ao pé dele.

Assim a antiga alma - a única alma - de Pessoa, o autêntico sentimento da sua vida que foi o de a não ter como toda a gente a ter ou imagina ter, se infiltra na visão épica e democrática de W. Whitman para a desviar da estrada larga do cantor americano e o reconduzir à pequena casa na colina de Alberto Caeiro, aparentemente feliz por ter descoberto que

O que nós vemos das coisas são as coisas

e que por isso

O essencial é saber ver
Saber ver sem estar a pensar,
Saber ver quando se vê,
E nem pensar quando se vê,
Nem ver quando se pensa.

Para se curar da sua tristeza de ser consciente, Fernando Pessoa, com a ajuda de Whitman, se sonhou Caeiro. O mundo existe, a realidade é o que vemos, tocamos e cheiramos, tudo o mais são falsos pensamentos de filósofos e filosofias doentes. Decadentes, como diria o seu mestre Nietzsche. Pareceria assim que de novo o sentido da Realidade, a alegria das coisas exteriores, a aceitação do presente na sua diversidade e contradição infinitas, punham um termo ao deprimente reinado do Sonho, ao pessimismo, à tristeza, à era da Decepção. Caeiro é a nossa reconciliação com o universo, o regresso à idade idílica da harmonia com a Natureza que, aliás, não é idílica. Na verdade, Caeiro é o mero Sonho desse Sonho. Nós não podemos recuperar a alma grega que o cristianismo corroeu sem remédio. Não poderemos ser pagãos sem inocência. Caeiro não é uma saída verdadeira do labirinto do Tempo, o nada vivo em que estamos, como Pessoa o visiona. É uma porta pintada para nos fazer crer que tocamos com mãos de vida e não de sombra o autêntico real. Foi com a invenção-Caeiro que Pessoa ascendeu à sua vida duplamente mítica e é com os versos de Caeiro e dos companheiros de ficção que o mito-Pessoa se tornou o símbolo da Modernidade se, por modernidade, se entender a redenção pelo humor da vivência do Absurdo e da Perdição da existência humana em busca de si mesmo. Contudo, Pessoa-Caeiro não quebrou o círculo simbolista da Decepção senão pagando por ele um preço excessivo, transmutando (em ficção) a consciência infeliz em felicidade inconsciente.

Caeiro, Campos, Reis, não são mais que sonhos diversos, maneiras diferentes de fingir que é possível descobrir um sentido para a nossa existência, saber quem somos, imaginar que conhecemos o caminho e adivinhámos o destino que vida e história nos fabricam. Ter sonhado esses sonhos não liberou Pessoa da sua solidão e da sua tristeza. Mas ajudou-nos a perceber que somos, como ele, puros mutantes, deslocando para formas inéditas de vida, para viagens ainda sem itinerário. Com Caeiro fingimos que somos eternos, com Campos regressamos dos impossíveis sonhos imperiais para a aventura labiríntica do quotidiano moderno, com Reis encolheros os ombros diante do Destino, compreendemos que o Fado não é uma canção triste mas a Tristeza feita verbo e com Mensagem sonhamos uma pátria de sonho para redimir a verdadeira.

Quem sonhou todas estas ficções foi o passeante da Rua dos Douradores, um homem triste por não existir como se sonhava, irmão gémeo por dentro de Luís da Baviera, prisioneiro como ele de idênticos fantasmas. Enquanto se inventava poeta e nos sonhava mais angustiados do que somos, mais perdidos do que ele se sentia, mais tristes do que ele era, ia escrevendo como quem transcreve o sonho que o está sonhando, o livro do seu Desassossego. Não há na nossa literatura prosa mais luminosamente suicidária. Aí se despe da sua própria ficção, oferecendo-se sem resguardas como órfão de tudo, excluído voluntário dos outros e da vida, sonhador de todos os sonhos, sobretudo dos improváveis. Já adivinháramos o segredo da sua vida, a fonte turva do seu gênio de ímpar claridade. Mas aí dá-no-la a ver, menos como quem se confessa do que como quem agoniza. A única coroa que reivindica é a do Sonho puro. "Eu nunca fiz senão sonhar. Ter sido esse, e esse apenas, o sentido da minha vida". A obra de Pessoa é uma sinfonia de uma só nota destinada a cobrir o outro lado do sonho que é para ele a Morte. Por isso, a mais do que ninguém do que a Luís da Baviera se assimilou Pessoa, como ele, rei da nossa própria Baviera do sonho. O Livro do Desassossego desarticula todas as ficções que o separaram em vão do único amor que o habitou, herói de Wagner sem legenda, o da própria Morte. É à luz, agora soberana, do Livro do Desassossego que todo o texto - falsamente plural - de Fernando Pessoa deve ser relido. Aí está o retábulo da sua vera e incruenta paixão. É um retábulo simbolista pouco conforme ao mito-Pessoa de um vanguardismo estridente e todo exterior, mas talvez esse mito seja mais do nosso engano que da sua verdade. Toda a sua vida foi simbolista. Nem há na literatura do Ocidente mais completa expressão do Simbolismo. O Modernismo foi a sua e nossa ficção. Devolvamo-lo, para terminar, à sua verdade-ficção, à sua dolorosa realidade de amante da Morte, de herói da impossibilidade de amar como o seu duplo e não menos wagneriano Luís Segundo, Rei da Baviera:

"Teu amor pelas cousas sonhadas era o teu desprezo pelas coisas vividas.

Rei-Virgem que desprezaste o amor,
Rei-Sombra que desdenhaste a luz,
Rei-Sonho que não quiseste a vida!

Entre o estrépido surdo de címbalos e atabales, a Sorbra te proclama Imperador!”